



OS VIDREIROS E A MÁQUINA, O TIPÓGRAFO E O *DESIGNER*: REFLEXÕES SOBRE ANTROPOLOGIA DO TRABALHO ¹

*Susana Durão
e Emília Margarida Marques*

Com recurso a dois exemplos etnográficos construídos em contexto industrial (indústria vidreira, tipografia) e a breves reflexões sobre alguns pontos (conceito de cultura, método etnográfico) da revisão conceito-metodológica verificada em antropologia nas últimas décadas, este artigo – escrito a duas mãos – sugere: a) a importância fulcral da etnografia de terreno na análise do fenómeno “trabalho”, crescentemente complexo e diverso mas (em razão de processos não desligados dessas mesmas mudanças) facilmente abordado de forma superficial, unidireccional e acrítica; b) que o estudo das situações e contextos de trabalho (com a sua densidade social e com a sua articulação local/global) por parte da antropologia pode trazer à disciplina ganhos importantes na sua compreensão do social e da cultura.

Tempo e observação

A observação de longa duração² oferece uma das vias mais promissoras para a construção do *corpus* empírico. Tornou-se um axioma disciplinar a ideia de que a experiência longa da observação participante nos conduz a um conhecimento aprofundado de determinadas realidades sociais que, de outra maneira, ficariam vedadas ao conhecimento científico. Os inquéritos e as entrevistas (mais ou menos abertas) estão sempre mais circunscritos a um tempo curto. Ainda que o antropólogo tenha a noção de que a vida social dos grupos já existia antes e continuará a existir depois da sua passagem, é o tempo que permite chegar mais próximo dos próprios “nativos” e da complexidade do meio social em análise.³

¹ Dos exemplos etnográficos abaixo, o primeiro (vidreiros) foi construído no âmbito da preparação de uma comunicação ao IV Congresso de Sociologia (Marques 2000) e o segundo (tipógrafos) no âmbito de uma dissertação de mestrado (Durão 1999b), tendo também sido apresentado numa comunicação ao seminário aberto do PACO, em Outubro de 1999 (Durão 1999a). A reflexão resulta ainda do trabalho conjunto realizado no âmbito do projecto PRAXIS/PCSH/P/ANT//44/96, “Memória e Identidades Profissionais – Reprodução de Sistemas Sócio-técnicos” (AAVV 1999) – no âmbito do qual se estabeleceu intercâmbio com o PACO – e de uma pesquisa de doutoramento em curso (E. M. M.).

² A bitola malinowskiana convencional reserva para o trabalho de campo entre seis meses e dois anos intensivos. Não é importante ser demasiado formal na contabilização do tempo, uma vez que uns meses de intervalo entre as estadias podem conceder ao antropólogo “possibilidades infinitamente maiores do que dois meses seguidos no campo de estudo” (cf. Malinowski 1988: 130). Em terrenos “transnacionais”, marcados por um certo “hibridismo”, e decorrendo da necessidade de constituição de equipas multidisciplinares, o tempo da observação pode ainda ser alongado a cinco, dez anos (cf. Stoller 1999). Por outro lado, não é propriamente a extensão do período que se vive entre os sujeitos que marca uma verdadeira aproximação aos mesmos. Assim, o critério mais apropriado para definir a longa duração no campo passa pelo tempo que o antropólogo deve reservar para essa estadia até lhe ser reconhecido um lugar social, a partir do qual ele vai “construir” esse campo.

³ James Clifford foi dos primeiros a produzir textos sobre a necessidade de reflectir acerca de um problema recorrente nas ciências sociais e em particular na construção de etnografias: a parcialidade da investigação-escrita. “Cultures do



Susana Durão e Emília Margarida Marques

As diversas revisões da prática e escrita da antropologia raramente escaparam a esse mesmo elemento, sempre presente como pano de fundo: o tempo, ou se se quiser, a “historicidade da etnografia”:

A central methodological problem facing anthropology today is how to deal with the flow of intersubjective human experience without dehumanizing it, that is without deconstructing it as experience and transforming it into totalizing professional models of knowledge. The epistemological magnitude of this problem again has to do with time: experience is always emergent, never performed, while anthropological models often display a degree of finality (Hastrup e Hervik 1994: 9; cf. também Kleinman 1992).

Cultura, organizações e trabalho

Para conhecer as culturas praticadas e partilhadas nos diversos meios sociais, é necessário ter em conta que os sujeitos vivem simultaneamente em consenso e conflito. Nem sempre o conceito “cultura” foi pensado nas suas multiformas, considerando as diferenças e as alteridades. Até à primeira metade do século, para a antropologia, e mais recentemente noutras áreas onde o conceito de cultura antropológica tem sido usado (nas áreas da gestão empresarial), imagina-se a cultura como sendo algo homogéneo, por vezes herdado e incondicionalmente partilhado. Ela é também vista como um conjunto de elementos estáveis, com fraca variabilidade e mudança, a qual, a existir, se produz essencialmente no domínio de um colectivo cuja pertinência fica frequentemente por delimitar.

Não sabemos (e nem importa saber) se foi a revisão teórica de conceitos-chave, como “cultura”, que obrigou a uma intensa reflexão sobre o método etnográfico ou se terá sido o inverso. A visão da etnografia como algo problemático e parcial leva não ao seu abandono, mas antes à descoberta de formas mais subtis e concretas de escrita e leitura, a novas concepções da cultura como processo político, interactivo e histórico (Clifford 1986: 25).⁴

Sabemos sim que foi preciso efectuar-se essa revisão séria dos conceitos usados em antropologia, entre os quais sobressai a “cultura”, para

not hold still for their portraits. Attempts to make them do so always involve simplification and exclusion, selection of a temporal focus, the construction of a particular self-other relationship, and the imposition or negotiation of a power relationship” (Clifford 1986: 10).

⁴ Os primeiros textos pós-modernos valem por aquilo que dizem acerca do que a cultura não é: uma “coisa” para ser descrita (concepção do objecto que até as ciências naturais têm problematizado); um corpo unificado de símbolos e significados que podem ser definitivamente interpretados; uma visão totalizante e acabada onde todos os pensamentos, acções e produções humanas cabem (cf. Clifford 1986: 18-19). Embora correndo o risco de encontrar em tudo efemeridade e hibridismo, por contraste com o que antes era estabilidade e lei, os autores de *Writing Culture* (Clifford e Marcus 1986) servem-se da revisão da escrita etnográfica e do papel do observador para conceber uma cultura inscrita em processos de comunicação, entre sujeitos e relações de poder, historicamente assinaláveis. Se a cultura é contestada, temporal e emergente, as diversas representações e explicações (de *insiders* e de *outsiders*) estão implicadas nessa emergência (Clifford 1986: 15, 19).



que tanto em termos de método como de teoria pudessem ser abarcadas as complexidades presentes nos mundos do trabalho das sociedades contemporâneas ocidentais e não-ocidentais (Selim 1998, Bazin 1998).⁵

Áreas de estudo como o trabalho e as empresas só fazem sentido quando se transfere para o primeiro plano o que releva das relações de poder, da constituição e contestação de hierarquias,⁶ do que é contraditório e conflitual no plano social, nas interações quotidianas e no plano biográfico.⁷

Recentemente surgem assim avanços nos estudos das organizações que não esquecem as duas faces da cultura. Estes reclamam a cultura como conceito analítico para a problematização do campo das organizações; nesse campo a cultura é uma demanda ideológica, enraizada nas condições históricas, sujeita a mudança (cf. Wright 1994: 27). Sejam os processos cognitivos individuais enformados pelas instituições sociais e pela sua cultura (Douglas 1987) ou pelas culturas semióticas, vistas como “teias de significado” que apontam a imensa variação no plano mais intersubjectivo (Geertz 1973), a cultura no trabalho é construída, negociada, contestada, pensada no quotidiano. Num artigo de fundo, Susan Wright sublinha que cultura é processo e ideologia: a questão é demonstrar como o discurso, que define palavras, ideias, coisas ou grupos, ganha autoridade (cf. 1994: 27).

Quando se pretende estudar a cultura como processo e ideologia (cf. Wright 1994) o trabalho efectivamente sobressai. O meio laboral apresenta-se então como lugar “concentrado” onde se detectam a alteridade e as ambivalências que desta derivam.

⁵ Pelo contrário, os estudos da gestão empresarial que adoptaram e divulgaram a expressão “cultura de empresa” não fizeram mais do que retirar à cultura a complexidade que entretanto a antropologia lhe restituía. Desde as décadas de 70 e 80, visando impor um sistema de representações e valores positivos de cima para baixo, o uso da ideia das empresas como culturas não chegou para as “humanizar” nesses tempos de crise económica, mas revelou-se como manipulação ideológica de um conceito antropológico, destinada a legitimar a organização do trabalho no interior das organizações (cf. Cucho 1999: 146). A noção destinava-se ainda a legitimar uma ideologia social mais global, fazendo pesar a economia sobre a sociedade. Hoje sabe-se que a cultura da harmonia e do convívio pacífico das contradições é uma invenção, mas é uma invenção que ameaça a imagem pública de uma disciplina se o que dela publicamente sobrevive, e é reutilizado, são as dimensões empobrecidas dos conceitos. Quando se identificam as empresas com “tribos” ou “famílias” salta ainda mais à vista a desadequação do tipo de terminologia e conteúdos que os estudos de gestão apropriam. Ora, se em alguma coisa a antropologia inova, é precisamente na identificação das diferenças e multidimensionalidades dos factos sociais; como tal, a resposta desta não se fez esperar (Wright 1994).

⁶ Monique Selim afirma que só é possível dar a conhecer os domínios socioculturais mais complexos presentes nas empresas quando se apreende a polissemia dos processos de produção de hierarquia no seu seio, articulando os campos micro-sociais e os espaços políticos mais globais das representações de dominação e contestação do estado. Neste sentido, contestação e transgressão passam para o primeiro plano da leitura antropológica (cf. Selim 1998: 116, 158).

⁷ Quando se questionam os processos internos de diferenciação presentes nas sociedades, nas empresas, em grupos de trabalho, o conflito é uma possibilidade permanente. Além da heterogeneidade cultural, ao antropólogo colosse com frequência o quadro reflexivo da vivência individual dessa heterogeneidade: o interesse está em compreender como é que a gramática social e cultural se expressa ao nível biográfico (cf. Velho 1986: 56).



Susana Durão e Emília Margarida Marques

Exemplo 1 – a máquina imprevista

Deslizando sobre um carril, o braço mecânico automatizado entra no forno, cuja porta se abre à sua passagem. Escassos segundos e alguns movimentos sincopados depois, apresenta ao vidreiro, no recipiente metálico que constitui a sua extremidade, uma porção (sempre igual e regularmente distribuída) de vidro em fusão, pronto a ser transformado num objecto unitário. A máquina “colheu” o vidro. A seguir, os vidreiros fabricarão, “manualmente”, o objecto.

O fabrico dito manual de objectos de vidro decorre, quando em contexto fabril,⁸ no seio de equipas hierarquizadas (as “obragens”), cuja estrutura, de aprendiz a oficial, reflecte a carreira do ofício. A cada nível hierárquico estão associadas competências, funções, expectativas, responsabilidades e níveis salariais diversos. Deste modo, encontra-se também alguma correspondência entre degraus na escala hierárquica e sequências ou operações da cadeia operatória de fabrico – correspondência que é reforçada nos discursos locais, uma vez que elaborar sobre as circunstâncias técnicas constitui entre os vidreiros, por razões várias, um recurso identitário assinalável.⁹

No caso particular aqui brevemente evocado, trabalha-se “à belga” – um dos dois grandes sistemas de fabrico manual observáveis na área em causa.¹⁰ Destacam-se da mole vítrea que se encontra no forno (i.e., “colhem-se”) segmentos de dimensão adequada que, após algumas operações preparatórias (alisamento, criação de volume interno, aquecimento intercalar, etc.), são inseridos num molde metálico cujas formas internas adoptam, pressionados por soflagem manual (bucal). Moldada a peça, procede-se ainda ao corte, através de queimadores a gás, dos fragmentos não finais (exigidos

⁸ Algumas destas técnicas são também utilizadas com finalidade de expressão artística, no âmbito do movimento “studio glass”. O “contexto fabril” aqui em causa é constituído pelas vidreiras “manuais” da Marinha Grande (para uma delimitação geográfica e tipológica, ver Marques 1999a: 215-19).

⁹ “‘O vidro só se trabalha à tração’, sublinham frequentemente os vidreiros marinhenses a quem o não é, salientando o carácter fugidio da matéria-prima e o grau de elaboração (astúcia, reflexão, previsão, destreza...) necessário à acção técnica bem sucedida. A própria designação ‘vidreiro’ sublinha o lugar central que na construção identitária ocupam as competências inerentes ao (complexo) domínio da matéria-prima, apropriando esse domínio como marcador de identidade e assim construindo como que uma competência colectiva que define o grupo, da qual participa cada um dos seus membros e que é utilizada, com a força da tangibilidade inerente à matéria, na legitimação das suas aspirações de estatuto e poder – de alguma forma a evocação da matéria ‘naturalizando’ (remetendo portanto para o indiscutível) os fundamentos daquela identidade” (Marques 1999b).

¹⁰ “À belga” (com as suas variantes “à alemã”, “à espanhola” ou “à portuguesa”) corresponde ao fabrico manual mais intenso e em série. As peças são total ou quase totalmente formadas pela acção conjugada do molde e do sopro que lhe faz ajustar a bolha vítrea. Já o outro sistema principal, o trabalho dito “à marisa”, consiste essencialmente na junção de vários pedaços de vidro, colhidos individualmente e já afeiçoados através de molde e sopro, ou através de sopro e ferramentas manuais. Também se chama “marisar” à execução a quente de acabamentos delicados: um gargalo, o bico de um jarro, uma asa, etc. O processo de colha automática aqui descrito é incompatível com este sistema, que exige a colha alternada de segmentos de vidro de dimensão variável.



pelo funcionamento do molde),¹¹ após o que se conduz o objecto para estabilização (“recozimento”), em forno próprio.

Ainda que rigorosamente indispensável ao funcionamento da obra-gem, esta operação de transporte é de todas a menos qualificada. Seguem-se-lhe, na escala de qualificação observável, o corte, a “colha”, a preparação e, por fim, a moldação.¹² Em consequência, o transporte (localmente designado por “levar acima”) encontra-se atribuído aos aprendizes, o mesmo se aplicando em geral ao corte. A moldação e, frequentemente, também a preparação, cabem, neste sistema, ao oficial e aos ajudantes mais qualificados.¹³

A operação de colher o vidro, colocada no ponto intermédio da escala de qualificação que acaba de se referir, apresenta-se como estratégica, não apenas do ponto de vista técnico (vidro mal colhido origina peças com defeito) mas igualmente do ponto de vista social. Primeiro, por ser a operação inaugural, com que a obra-gem inicia o fabrico de cada objecto. Depois, porque sendo, na escala hierárquica, o primeiro em que se trabalha directamente com o vidro em fusão (material emblemático no âmbito das elaborações referidas), o posto de “colhedor” marca em geral o fim do aprendizado; relacionadamente, aprender a colher implicou durante gerações – e ainda hoje, parcialmente – a clara expressão por parte do jovem, perante os mais velhos, da sua determinação em tornar-se vidreiro.¹⁴ Nestas condições, não parece desajustado supor que a introdução, em plena equipa de fabrico manual, de um automatismo que substitui o colhedor possa induzir ou proporcionar mudanças importantes na estrutura hierárquica e na sequência de aprendizagens – uma e outra fulcrais na forma como os vidreiros se constituem e reproduzem enquanto grupo.

Todavia, observação de terreno realizada sobre um destes casos (Marques 2000) permitiu verificar que, perante a nova situação, os vidreiros puderam afinal desenvolver estratégias de apropriação da máquina e de redistribuição parcial de tarefas, graças às quais foi mantido o controlo da

¹¹ Este corte pode também ocorrer numa fase posterior, após o recozimento e arrefecimento final da peça. Nesse caso, não é função da obra-gem. O corte a quente é mais expedito e mais barato, pois não implica a existência na empresa (ou a subcontratação) de serviços de acabamento a frio.

¹² “Em grandes obra-gens, podia (e pode ainda, mais raramente) ocorrer a presença de aprendizes ‘de passar’ ou ‘de agarrar’, cuja função era libertar os vidreiros mais qualificados da necessidade de esperarem pelo arrefecimento de um pedaço de vidro (‘agarrar’) ou poupar-lhes deslocações (‘passar’ segmentos de vidro através do espaço fabril, de um a outro vidreiro)” (Marques 1999a: 234).

¹³ No sistema “à belga”, portanto, o oficial desempenha as mesmas tarefas que os seus subordinados mais próximos (sendo no entanto também o responsável máximo e coordenador da equipa), enquanto no trabalho “à marisa” lhe cabem, em exclusivo, as tarefas de maior dificuldade.

¹⁴ Era sobretudo nos reduzidos intervalos do trabalho que os jovens iam “treinando a operação de colha – enfrentando a hostilidade dos encarregados, a quem compete impedir que se estrague vidro, mas sob o olhar interessado dos vidreiros mais graduados, que vão apreciando o jeito e a persistência de cada um, facultando por vezes uma ou outra indicação aos que disso se mostram a seus olhos merecedores” (Marques 1999a: 250-51).



Susana Durão e Emília Margarida Marques

equipa sobre o processo de trabalho, assim como foram preservados os pontos essenciais que desenham a carreira do ofício.¹⁵

Assim, a possibilidade, trazida pela máquina, de ser entregue a um aprendiz a manipulação inicial do vidro (a qual deixou de ser “colher” – operação qualificada –, para passar a ser “pegar” a partir do manipulador mecânico – operação muitíssimo mais simples), foi curto-circuitada pela atribuição ao “pegador” de uma parte das tarefas qualificadas de preparação. Configurou-se deste modo um posto de “pegador-preparador” que, a meio caminho entre moldadores e aprendizes, permitiu manter a ligação consagrada entre hierarquia e processo técnico. Adicionalmente, os vidreiros desenvolveram sobre a máquina, por sua iniciativa, procedimentos de pequena manutenção homólogos dos que há gerações lhes cabe executar sobre os demais utensílios do seu ofício – como que assimilando-a a um destes, recusando-lhe qualquer capacidade de maior intervenção sobre o processo (sócio-)técnico.

Cabe notar que a criação de um par máquina-pegador desqualificado (inviabilizada pela redistribuição de tarefas efectivamente ocorrida) permitiria abastecer de vidro pelo menos o dobro dos moldadores que actualmente integram a equipa e, com isso, acelerar bastante a cadência da produção (bem como o retorno do considerável investimento que a máquina representou). Nesse sentido, aliás, foi concebida a máquina, cujo processo de colha (por sucção) admite, ao contrário do processo manual (por rotação), ritmos elevados sem aumento da percentagem de defeitos – e cujas especificações permitem mesmo a programação de uma cadência a executar automaticamente.

Porém, embora tecnicamente presente, a possibilidade de aceleração dos ritmos produtivos mostrou-se socialmente inexequível no contexto observado – acabando por ser instalada uma máquina certamente imprevista pelos respectivos fabricantes.

Daqui se pode retirar uma enésima demonstração da inexistência de determinismo técnico, há décadas ensinada pela antropologia e pela sociologia das técnicas. Encontramos essa lição na expressiva fórmula maussiana que define a técnica como “acto tradicional eficaz” (Mauss 1974 [1934]: 217), nas noções correlatas de “meio técnico” e “meio interno” que Leroi-Gourhan (s. d. [1943-45], vol. II) desenhou e, mais recentemente, em propostas como o *social shaping* da técnica (Mackenzie e Wajcman 1999a [1985]), o *seamless web*, indiscernivelmente urdido de técnica e de social, em que, segundo Hughes (1983), todos vivemos, ou na tese “pós-essencialista” da absoluta contingência

¹⁵ Esta observação não é directamente transponível, sem o devido estudo, para outros casos (ainda raros em Portugal) de introdução de máquinas de colher, por sucção, em fábricas vidreiras. No entanto, todos os indícios recolhidos apontam para processos semelhantes àquele aqui observado.



das “capacidades e efeitos da tecnologia” (Grint e Woolgar 1997: 164), socialmente construídos e rigorosamente inexistentes fora dessa construção.

Não existindo consenso generalizado a respeito desta última e radical formulação (a qual convoca um a-realismo cuja pertinência para o estudo do social se pode questionar),¹⁶ é contudo unanimemente aceite que, longe de acarretar “efeitos” inelutáveis, a presença de um novo dispositivo técnico suscita um trabalho social (sócio-técnico) mais ou menos intenso de “estabilização” (Akrich 1993), no decorrer do qual se verificam reajustes, de dimensão muito variável, tanto no tecido relacional como no próprio dispositivo material. Nesta medida se fala dos utilizadores como co-autores da inovação (Akrich 1990).

Não surpreende portanto que, no caso acima, a máquina tenha saído transfigurada. Mais digno de atenção, para os nossos propósitos, é o facto de às suas várias configurações imagináveis ser possível relacionar posições e interesses diversos no interior da fábrica. De resto, é sem dúvida por se encontrar instalada num contexto de heterogeneidade, estratificação e conflito que a máquina se apresenta como um leque de possibilidades e não como um monólito indeformável.

Estratificação, conflito; controlo, ambivalência

Que as organizações, os contextos sociais (sócio-técnicos) da actividade de trabalho (na sua modalidade de trabalho assalariado) são espaços descontínuos, onde se recortam grupos, subgrupos, indivíduos em relação desigual, é uma velha aquisição da sociologia e da antropologia do trabalho.

Afirmações como “le système de division du travail dans l’entreprise a pour complément un système de subordination, c’est-à-dire d’autorité” (Goldthorpe 1961: 6) ou “the various roles in industry are structured by levels of authority”, aos quais “varying degrees of status are attached” (Parker 1981 [1967]: 60), povoaram longamente a bibliografia. Mais recentemente, a propósito dos equívocos de uma comunicação supostamente igualitária e produtora de consenso nas empresas contemporâneas, J. Boutet sublinha a forte distância social entre emissores (de instruções, notícias, exortações, informação vária) e receptores – resultando, afirma, numa comunicação “desigual” e, por isso mesmo, frequentemente inválida (1998: 156).

Sendo um “truisme sociologique, au moins depuis Simmel,¹⁷ que l’interdépendance entraîne le conflit aussi bien que la collaboration”

¹⁶ Se o que se toma por objecto são as vivências e as interpretações subjectivas e intersubjectivas, então é irrelevante o conhecimento da “coisa em si”: é irrelevante saber se há ou não “real” para além das nossas construções sociais, da nossa percepção socialmente construída.

¹⁷ Segundo a referência do autor: *Soziologie*, 1908, cap. 4, “Der Streit”.



Susana Durão e Emília Margarida Marques

(Goldthorpe 1961: 10), e afirmando o próprio Weber, ao exemplificar os seus “tipos de dominação”, o facto de “a própria disciplina oficial constituir sujeição a uma *dominação*” (1995 [1922, póst.]: 683; sublinhado no original), há portanto a considerar um “conflito estrutural” (Goldthorpe 1961: 17) que, latente ou manifesto, atravessa as situações de trabalho.

Ora, essa contínua tensão passa, em grande parte, pela construção ou defesa de esferas de autonomia, de margens de decisão, de zonas de controlo por parte dos executantes.

O caso brevemente revisto acima respeita a uma situação de autonomia fora do comum – ainda que presentemente em equilíbrio precário e, aliás, tendo sofrido restrições nas duas últimas décadas (Marques 1999a) –, assente num processo multissecular de qualificação (tomada esta enquanto atributo ou património dotado de existência social e de permanência, através de formas de afirmação, controlo e reprodução encontradas pelo grupo profissional).¹⁸ Mas a completa ausência de espaços, maiores ou menores, de autonomia no trabalho, é também um caso limite na relação de assalariamento.

Wallman (1979: 22) estabelece uma relação estreita entre identidade (vs. alienação) e o exercício de controlo sobre o trabalho por parte do executante. De facto, por menos ampla que seja, a autonomia no trabalho prende-se com a afirmação do conhecimento associado à ocupação, com uma reivindicação de capacidade e valor, com uma apropriação e reconstrução dos quotidianos de trabalho. Assim, por exemplo, B. Lefèbvre pôde observar estratégias operárias de reapropriação do trabalho, reconstrução de autonomia e restabelecimento de uma ligação forte à máquina e à matéria que, como resposta a vastas mudanças técnicas e organizacionais, permitiram a “restauração informal” das “coerências sociais e técnicas das cadeias operatórias” (Lefèbvre 1999: 340).

Além da importância identitária que reveste, uma certa autonomia não dita dos executantes é também, frequentemente, uma contribuição efectiva para a eficácia das organizações – as quais, muitas vezes (e tanto mais quanto mais complexas são) ficariam simplesmente paralisadas por uma estrita aplicação da norma. Reynaud (1989, citado por Linhart e Linhart 1998: 306) propõe a esse propósito a ideia de uma “regulação autónoma” levada a cabo pelos assalariados e que se junta à regulação oficial para criar uma regulação conjunta (embora não reconhecida como tal). Também Burawoy, referindo-se a casos de recuperação, por parte dos operários, de margens de poder que

¹⁸ Mesmo tendo em conta a distinção de origem anglo-saxónica entre “profissão” e “ocupação”, pode certamente aqui falar-se de grupo profissional, tendo em conta a comum origem (nas corporações) dos ofícios e das artes liberais (Dubar 1995: 160, segs.) e a aplicação a ocupações operárias de noções como “profissionalidade” (Bouvier 1989) ou “sistema profissional de trabalho” (Touraine 1955).



lhes haviam sido retiradas por efeito de mudança técnica ou organizacional, observa que tais “reunificações da concepção e da execução” podem apresentar-se “críticas” no estabelecimento de uma indispensável cooperação (1979: 252).

Nesta mesma linha interpretativa, Ruffier e Villavicencio (1994) explicam a elevada competitividade de uma fábrica mexicana de capital francês, que emprega tecnologia avançada mas operários pouco qualificados, pela presença de uma densa rede de relações interpessoais que cria espaços de troca de informação não completamente públicos (dotados de autonomia, portanto). Essa troca, fulcral para o funcionamento da unidade (sobretudo porque ninguém, individualmente, domina por completo o dispositivo técnico) dificilmente ocorreria na ausência de tais espaços, que protegem a posição e o poder individuais e de pequeno grupo. O topo da hierarquia fabril deve, assim, “com[e] to terms with methods of working that are not fully under its control” (Ruffier e Villavicencio, 1994: 26). Mesmo porque uma tal rede, assinalam os autores, tem poder para parar a fábrica.

No entanto (apesar do carácter estratificado e da multiplicidade de interesses no interior das organizações de trabalho), essa rede é predominantemente utilizada no sentido mais favorável à perspectiva empresarial. Ora, Weber sublinhou, precisamente, que “toda a relação autêntica de dominação comporta um mínimo determinado de vontade de obedecer, por conseguinte, de interesse (exterior ou interior) em obedecer” (1995 [1922, pós.]: 681). Isto é, há na dominação uma ambivalência constitutiva.

Tirando daqui as devidas consequências para o caso dos contextos de trabalho, mormente de trabalho industrial, Linhart e Linhart desenvolvem a noção de “consentimento paradoxal”: conduzidos exactamente pela sua recusa da “racionalidade dominante da empresa”, bem como pelas suas referências (identitárias) ao ofício e “à *la belle ouvrage*”, os operários envolver-se-iam numa aplicação “clandestina” – i.e., transgressora da hierarquia e dos procedimentos instituídos – do seu (não menos identitário) capital de conhecimento técnico (1998: 305-6).

Num patamar de abstracção mais elevado, Bourdieu, por seu turno, associa trabalho e capital simbólico (1980: 198-9), afirmando a presença de um “investimento no trabalho” que “porte à trouver dans le travail un profit intrinsèque, irréductible au simple revenu en argent” (1996: 87). Tal investimento, porém, corresponderia simultaneamente a uma “méconnaissance de la vérité objective du travail comme exploitation” (1996: 87). E acrescenta:

Les nouvelles techniques de gestion des entreprises, et en particulier tout ce que l'on englobe sous le nom de “management participatif”, peuvent se comprendre comme un effort pour tirer parti de manière méthodique et systématique de toutes les possibilités que l'ambiguïté du travail offre objectivement aux stratégies patronales (Bourdieu 1996: 90).



Susana Durão e Emília Margarida Marques

Teoria, método e atitude

Seria arriscado dizer que uma tal afirmação recolhe presentemente a unanimidade entre os estudiosos que se ocupam do trabalho e das organizações.

Na verdade, com a substituição, pela empresa e pelo empresário, do operariado e do trabalho industrial enquanto “veículos de historicidade” (Althabe 1991: 17) – processo no âmbito do qual os operários são representados como “obstáculos à modernização da indústria” (Beaud e Pialoux 1999: 15) – assistiu-se a uma ocultação social deste grupo, arredado do “horizonte mental dos fazedores de opinião” (1999: 16). Essa ocultação é de resto prosseguida nas próprias empresas, onde uma bem visível “quase-revolução linguística” (Boutet e outros 1998: 5) proscreve termos como “operário” (em favor de “operador” ou “agente”, por exemplo) ou “qualificação” (em favor de competência, missão, função) – naquilo que está obviamente longe de ser um fenómeno superficial, pois classificar ocupações é promover o exercício de algum controlo sobre quem as executa (Wallman 1979: 2).¹⁹

Ora, uma certa tendência para “se plier aux nouvelles représentations de l’entreprise et à l’adoration culturelle de sa culture” é, segundo alguns, claramente identificável “nalgumas fracções das ciências sociais” (Selim e Sugita 1991: 11). Assiste-se, nessa medida, a uma “naturalização” das situações e mudanças que se observam hoje na economia e no trabalho, bem como à sua análise segundo pontos de vista enformados pelos determinismos que povoam o discurso dominante da “gestão” (Gollac e Volkoff 1996: 54) – incluindo o determinismo técnico, armadilha em que se deixa enredar alguma sociologia do trabalho (MacKenzie e Wajcman 1999b: 142-43).

Torna-se difícil não assinalar que esta tomada da parte (a perspectiva empresarial) pelo todo (o mundo do trabalho) é susceptível de ser interpretada em termos de retrocesso teórico, sobretudo quando se recorda que há 20 anos era possível relevar, como traço distintivo da “etnologia industrial”, precisamente, a sua capacidade de revelar outras posições e pontos de vista nas organizações, para lá do desenho oficial (Gamst 1980, citado por Holzberg e Giovannini 1981: 347-48). Aliás, não parece desajustado aproximar aquela metonímia de uma das limitações apontadas aos velhos estudos da célebre escola norte-americana de relações humanas: na fórmula de Wright (1994: 9), tratava-se de pesquisas *top-down*, que deixavam os gestores fora da problematização. Alguma escassez de capacidade crítica e de aprofundamento teórico (conduzindo à produção de materiais meramente descritivos, estéreis para efeitos de avanço do conhecimento) conta-se também entre as insu-

¹⁹ Para um estudo de caso de conflitos de nomeação na indústria vidreira em Portugal (Marinha Grande), ver Marques (1999b).



ficiências recentemente apontadas a uma parte da sociologia do trabalho em Portugal por um dos seus primeiros estudiosos, numa “Breve Interpelação à Actual Sociologia do Trabalho”, que defende o aprofundamento dos laços da subdisciplina com a “sociologia geral”.²⁰

Não é de facto impossível encontrar estudos que, servidos por um trabalho de terreno insuficiente e talvez também por mal digeridos pressupostos anti-substantivos, tomam os assalariados como unidades intermutáveis (para efeitos de mudança técnica ou organizacional, por exemplo), esquecendo que toda a interacção se faz também de cumulatividade, história e contexto e permanecendo na ignorância das teias de relação e de significado (dos grupos, das identidades, dos espaços de autonomia...) que fazem (e extravasam) as organizações de trabalho. Este défice de atitude sociológica é tanto mais digno de nota quanto a sociologia começou por se debruçar sobre o trabalho precisamente para observar o social, para responder a questões vastas de “sociologia geral” (Durkheim 1996 [1893]; resenha em Dubar 1995: 134, segs.).

As perturbações que muitos autores assim encontram na capacidade de construir conhecimento sobre o trabalho parecem emergir justamente num momento em que, por força de mudanças rápidas e vultuosas, nas quais se conjugam inovação técnica, emergência e ajuste de redes globais de economia e finança, transformações nas ideologias e significados a ele associados, o fenómeno apresenta enorme diversidade e complexidade – reclamando portanto todo o esforço teórico e empírico. Nestas circunstâncias, muitos pensam que é tempo de recuperar umas quantas “verdades elementares” sobre o trabalho (Hierle 2000: 308), de “dessacralizar a empresa” e as suas lógicas de funcionamento apresentadas como “intocáveis”, i.e., não problematizáveis (Althabe 1991: 17), de romper decisivamente com a visão “gestionária e tecnicista” para chegar às “relações sociais” (Balazs e Pialoux 1996: 4). No mesmo movimento, cabe empreender a análise dessas lógicas e visões (Selim e Sugita 1991: 11-12), *studying up* (Wright 1994: 15) em direcção aos lugares de poder – e, certamente, estudar também a permeabilidade demonstrada por pelo menos “algumas fracções das ciências sociais” relativamente àqueles imaginários (cf. Castillo 2000: 5).

Indispensável é, certamente, não perder de vista a heterogeneidade interna das organizações e contextos de trabalho, as tensões e os espaços de poder, negociação e autonomia que aí se intersectam. No exemplo brevemente descrito acima, foi possível verificar que os contornos do processo de “estabilização” observado permanecem largamente ignorados no

²⁰ O texto foi apresentado oralmente por J. D. Miranda no último congresso da Associação Portuguesa de Sociologia (Coimbra, 17 a 19 de Abril de 2000), painel temático “Sociedade Portuguesa: O Trabalho e o Futuro”. A referência é de minha responsabilidade, feita a partir de notas que tomei na ocasião (E. M. M.).



Susana Durão e Emília Margarida Marques

discurso das chefias. Por exemplo, segundo um quadro de direcção, o colhedor teria simplesmente desaparecido sem deixar equivalente, passando os próprios moldadores a pegar o vidro a partir do recipiente. Já um quadro técnico, bom conhecedor do que se passa na nave fabril, coloca porém a tónica na vantagem competitiva proporcionada pela máquina ao permitir trabalhar com vidreiros menos qualificados. Não se estranhará esta aparente miopia: tudo se passou, de facto, num espaço (social) a que estes agentes têm, por força da sua própria posição, acesso limitado.

Ora, na ausência de uma observação de terreno apropriada e dirigida, precisamente, ao espaço social relevante, seria muito provável que a interpretação de um caso como este se limitasse à reprodução das observações proporcionadas por aqueles quadros – completadas talvez, no caso de alguma perspicácia do estudioso (ou estudiosa), por umas quantas interrogações sobre uma certa ausência de “flexibilidade organizacional”, bizarramente limitando a plena rendibilização de uma máquina dispendiosa...

É de facto para o aprofundamento da observação de terreno, da diligência etnográfica, que se voltam os esforços em todos os estudos sobre sociologia e antropologia do trabalho que se pretendem críticos e distanciados.

O recurso a um terreno sério apresenta-se, por um lado, como procedimento de teste a noções nem sempre devidamente questionadas:

... l’observation directe, voire participante, des procédés de production (...) permet, par raisonnement inductif puis déductif, de relativiser grandement les théories conventionnelles de la sociologie des organisations, de l’entreprise, du travail, ou même du syndicalisme (Lefèbvre 1999: 336).

É também pelo terreno que se chega às subjectividades:

... ces identités au travail peuvent donc être reconstruites et modélisées par les chercheurs mais d’une manière inductive, à partir de l’observation et de l’écoute des salariés eux-mêmes, et non en les déduisant d’appartenances dites “objectives” (Dubar 1998: 69).

E é, finalmente, pelo terreno que se atingem dimensões reservadas, mas contudo absolutamente relevantes: retomando a distinção proposta pela ergonomia entre “trabalho prescrito” e “trabalho real”, Boutet assinala a insuficiência do registo verbal para efeitos de apreensão deste último:

Le travail prescrit est fortement codé dans du langage (...) mais le travail réel, avec ce qu’il implique d’inventivité, de découverte et aussi de “tricherie” avec les façons de faire normées, est plus difficile à mettre en mots (Boutet 1998: 159).

Falar de método é certamente mais que falar em técnicas: o recurso à observação directa inspirada na etnografia não poupou os autores da escola



de *human relations* à adopção de uma perspectiva parcial e insuficiente no seu estudo das relações e contextos de trabalho (Holzberg e Giovannini 1981, Wright 1994).

“Face à l’entreprise, peut-être plus que face à tout autre champ social, il apparaît nécessaire qu’elle [a etnologia] fasse preuve d’intégrité méthodologique et de fidélité d’esprit” (Selim e Sugita 1991: 12). A diligência etnográfica que se afigura apropriada faz-se de técnicas, certamente, mas também de teoria (sociológica) e de atitude (céptica e crítica).

Exemplo 2 – duas pessoas, dois mundos sociais: o global no local

Embora provenientes de um mesmo ramo produtivo, de concepção mais ou menos estandardizada de documentos escritos e imagens, o tipógrafo e o *designer* gráfico são duas coisas, dois tempos históricos, dois mundos sociais muito distintos. O tipógrafo é um operário manual que se identifica com o posto de trabalho mais ou menos fixo ao longo da vida. Com algum sentido de carreira (mobilidade intra-oficinal e uma extrema mobilidade inter-oficinal), os trajectos na profissão são de longa duração. Os saberes práticos acumulam-se e “incorporam-se” com a experiência. A aprendizagem desenrola-se ao longo da vida, no seio do grupo operário e em contexto oficinal. Como outros operários cujos saberes estão em declínio, os tipógrafos promovem uma certa estabilidade e resistem à mudança, que é vista como ameaçadora (cf. Dubar 1997). Tal atitude também deriva do facto de as suas competências terem sido fixadas em códigos e sentidos arreigados no tempo (Bernot 1991, Carré e Tiévant 1990, Chevallier e Chiva 1991a, 1991b; Durão 1999a, 1999b; Sitnikoff 1988).²¹ Os códigos e sentidos tipográficos não definem apenas os meios técnico-estilísticos disponibilizados e praticados, mas também, e muito particularmente, o quadro cultural-simbólico que os organiza. Assim, envolvem condutas técnicas e sociais. As regras são corporativas, fechadas, estabelecidas nos domínios da produção. É de referir que poucas foram as transformações estilísticas possíveis enquanto o sistema produtivo se manteve circunscrito a técnicas e máquinas manuais e mecânicas.

²¹ O “código” encerra um conjunto de prescrições regulamentadas muito complexas. As regras definem princípios como a utilização de capitais, do itálico, da pontuação, corte de palavras, etc. O processo de profissionalização do ofício deu-se através da transmissão e prática desse corpo de regras, ensinado nas oficinas e progressivamente fixado em manuais técnicos. O código tipográfico é então uma espécie de “gramática prolongada” (Carré e Tiévant 1990: 71) e supõe um conhecimento profundo da língua (da ortografia, do vocabulário e da sintaxe), o que permite aos tipógrafos controlar o produto final. O “sentido” tipográfico oferece à técnica o elemento estético. São partilhados princípios de harmonia, equilíbrio e proporção de concepção nos quais se baseiam formas *standard* para os documentos. O objectivo é regular a estética e através desta garantir a eficácia na passagem das mensagens impressas (pois a tipografia tem uma função primeira: a legibilidade). Embora a trabalhar com uma base regulamentadora, é possível ao profissional lidar com a grande diversidade de opções e encontrar soluções para as zonas de incerteza, zonas onde o compositor evidencia a sua maior ou menor competência.



Susana Durão e Emília Margarida Marques

O *designer* gráfico pode ser um assalariado, mas o que marca a sua emergência no mundo actual, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, é o facto de se ter tornado um profissional liberal e fazer convergir em si uma série de tarefas antes repartidas por diferentes especialistas (cf. Hollis 1996: 8). Com ou sem *atelier* próprio, ou a trabalhar em agências do ramo com outros “criativos”, a base dos seus saberes é adquirida ao longo de um percurso escolar ou académico. Como tal, o processo de aprendizagem é mais individualizante e o sucesso pessoal no mundo das artes marcado muitas vezes por essa mesma individualização e uma certa exemplaridade no percurso profissional. Incorpora então os valores vigentes da “arte-artística” (enquanto que para os operários tipógrafos se tratava de uma arte de tipo artesanal), os valores do autodidactismo, da experimentação e do acompanhamento das correntes estilísticas globais em voga, que estão sempre em mudança rápida.²² Neste sentido, aproveita o alcance da multiplicação e variação das possibilidades estéticas e técnicas que ocorreu com a generalização do uso dos sistemas informáticos, e também com o processo de democratização e de grande difusão das profissões gráficas.

Mas ambos partilham algo: o trabalho de qualidade (*crafts*), cuidado, planeado e destre. Nas tipografias, como entre os *designers* gráficos, o que define em grande medida as competências individuais e situa os sujeitos em carreiras mais ou menos bem sucedidas é a familiarização e “incorporação” progressiva de estilos visuais, no primeiro caso mais prescritos, no segundo com maior amplitude para a originalidade e “marca pessoal”.

Certo dia, na tipografia onde detalhei (S. D.) o olhar etnográfico, apareceu um *designer* gráfico interessado em aprender as técnicas da composição manual.²³ Estabeleceu-se o vínculo entre um mestre (compositor manual) e esse que seria o seu aprendiz. O iniciado passou rapidamente pelas etapas tradicionais da aprendizagem. Depois de feitas as primeiras obras gráficas do *designer* (que necessariamente reflectiam o seu aprendizado académico, a herança de um meio de classe média letrada, e até alguma genialidade e originalidade no uso das ferramentas dos tipógrafos) a relação transformou-se em algo muito mais ambivalente e complexo do que prometia à partida. Transformou-se numa relação competitiva onde se evidenciaram os traços hierarquizantes das oficinas.

²² C. Wright Mills destaca a complexidade do papel de mediação dos *designers* numa época em que a transformação económica deslocou a ênfase e o poder da produção para a distribuição dos produtos: “The designer is a creator and a critic of the physical frame of private and public life. He represents man as a maker of his own *milieu*. (...) The design is part of the unity of art, science and learning” (Mills 1963: 383).

²³ O sistema de composição tipográfico baseia-se no uso de matrizes. Depois de concebido ou imaginado o documento, este é composto com “tipos” (caracteres) de chumbo móveis (dispostos por uma ordem precisa em “caixas”) ou com tipos fundidos em linha. Aglomerados de frases dão origem a “formas”, isto é, a páginas de texto. Uma vez composto o material, é arranjado nas “molduras” e entra nas máquinas de impressão (podendo estas ser manuais, movidas a força braçal e/ou a pedal ou mecânicas). A tipografia é um meio de impressão por prensagem, sendo as folhas prensadas directamente na forma previamente tintada.



Tendo em conta os limites na transmissão de conhecimentos do “mestre” a um aprendiz invulgar, que não só dominava conceitos tipográficos como outros de domínio gráfico mais lato (e que como tal não tinha o mesmo tipo de desempenho dos novatos inexperientes, frequentemente “ignorantes técnicos”, os imberbes que entravam para as oficinas), o primeiro passou a comportar-se mais como “chefe” autoritário, figura muito presente no meio.²⁴ O contraste entre ambos os níveis individuais de competência e a exteriorização dos saberes era bem evidente. Desprovido da superioridade técnica, o tipógrafo passou a servir-se de outros atributos para o caso deslocados: a supervisão e controlo do trabalho do *designer*. Tudo servia para o primeiro criticar a liberdade criativa do segundo e, indirectamente, tudo o que esta representava.²⁵

O *designer*, sem se aperceber e sem ter optado por isso (uma vez que não era sequer contratado mas tinha apenas uma relação de aprendizagem informal com os operários), viu-se envolvido numa lógica de comportamentos e reacções que desconhecia e que o situavam num momento histórico particular: o da decadência de um modo até há pouco tempo hegemónico na produção gráfica.²⁶ Sem o saber, ele constituía a oportunidade para um último grito de afirmação da reverência dos saberes tipográficos por parte dos operários mais resistentes, que se encontravam à beira de ir para casa com reformas antecipadas ou fundo de desemprego, carregando às costas todo um mundo laboral que com as mudanças recentes já nem conseguiam identificar.²⁷ Assim, o *designer* acabou por ser usado pelos tipógrafos como meio para expressar descontentamento face ao contemporâneo (que lhes tirava a cada dia o lugar, e a própria existência enquanto profissionais). Todavia, a situação era contrabalançada pelo facto de aquele autodidacta jovem e simpático desejar aprender as técnicas manuais, sendo por isso louvado e

²⁴ Para se ter uma noção mais concreta da extensão dos poderes dos chefes e encarregados no meio industrial português leia-se Freire e outros (1995).

²⁵ As palavras do compositor manual não deixam margens para dúvidas: demite-se do papel de mestre e introduz o factor hierarquia: “Tive uma chatice com ele. A certa altura começou a fazer umas porcarias por ele. Então eu disse-lhe: - Você pensa que já é mestre e que sabe tudo. Sendo assim, eu já não tenho nada com isso. Isto é como na tropa, não se vai logo para capitão... Fez para aí essas borradas que queria dar a todos. Até me veio dar um a mim. Disse-me: - Você que é o mestre tem direito a escolher primeiro. Eu via que aquilo não estava em condições, mas ele tinha aquela mania” (cf. Durão 1999a e 1999b).

²⁶ No decurso da segunda metade do século XX os tipógrafos foram sendo atirados do centro da produção gráfica para as suas margens. Houve um tempo em que a mediação entre os leitores e as diversas escritas públicas - dos jornais, livros, mas também de panfletos, folhetos, “trabalhos comerciais” (simples facturas, recibos, notas de crédito, cheques) e tantos documentos - era feita por tipógrafos. Pelo menos até às duas últimas décadas do século em Portugal (contando com a demora da generalização dos sistemas informáticos no país), uns mais influentes que outros, uns mais cultos do que outros, os tipógrafos produziram a referida matéria gráfica nas oficinas dos jornais, das casas editoriais, em pequenas “casas de obra”, “catraias” de vão de escada, legais ou semiclandestinas.

²⁷ A pesquisa incidiu sobre os tipógrafos que se mantiveram em tipografias que nos bairros da cidade de Lisboa foram sobrevivendo até ao final do século, algumas conjugando já outras opções técnicas. Nestas, a visão da mudança favorecia simbolicamente a tipografia tradicional. O compositor manual expressou-o de forma particularmente clara: “Só de há uma temporada para cá é que há *designers*. É caso para dizer que o que eles sabem aprenderam connosco. Dê-se a volta por onde der, a mãe das artes gráficas é a tipografia e há-de sempre ser” (cf. Durão 1999a e 1999b).



Susana Durão e Emília Margarida Marques

ajudado pelos operários (ajuda que jamais se recusa a quem quer aprender e que constitui um princípio orientador da transmissão e reprodução das técnicas).²⁸

A relação competitiva entre os operários, derivante das clivagens entre concepções e práticas de trabalho, já se fazia sentir na empresa antes de o *designer* chegar. Nos finais de 1980 tinha sido introduzido o sistema de impressão *off-set*, primeiro elemento a interromper o ciclo produtivo da tipografia e a reduzi-la a um papel subalterno. O novo sistema obrigava a subcontratar trabalhos de composição informática, fase que veio a ser integrada na empresa poucos anos antes de esta falir, já em 2000.

Da pesquisa realizada sobre os trabalhadores (Durão 1999a), deduziram-se diferentes representações das subprofissões e das técnicas que coincidiram com a separação entre os dois sistemas produtivos (tipográfico e infográfico). Mesmo quando iniciado o percurso como tipógrafos, os gráficos do novo sistema representavam negativamente aquelas técnicas por oposição às mais modernas que praticavam: classificavam-no como “trabalho sujo”. Curiosamente, a mesma expressão servia para valorizar as técnicas tipográficas quando empregue por tipógrafos. Com ela pretendiam relevar o engenho manual de operários que, limitados pela técnica, eram obrigados a inventar toda uma série de estratégias para imprimir documentos com maior perfeição. É que às artes gráficas também se chama *arte negra* (cf. Pacheco 1988, Santos 1941).

Por comparação, os tipógrafos minorizavam o papel das técnicas recentes na história das artes gráficas, apontando a facilidade operativa e a “limpeza” alcançadas pelas máquinas modernas como características negativas. No seu entender, ao diminuir a intervenção manual e o envolvimento sensorio-motor com a máquina (no sistema *off-set* não se trabalha com matrizes mas sim com chapas pré-preparadas), estaria a ser reduzido o engenho pessoal. Os jovens gráficos, por sua vez, defendiam em geral o progresso técnico e o nível mais elevado de sofisticação das suas máquinas, quando comparadas com as tipográficas. Estes contavam com factores que os tipógrafos relegavam para segundo plano: demonstravam-se mais conscientes da capacidade produtiva dos maquinismos recentes, da qualidade efectiva da imagem que atingiam, da economia de tempo e economia de custos.

Ao longo desta pesquisa, a relação estabelecida no campo entre o tipógrafo-compositor e o *designer* concentrou a amplitude da mudança. É que

²⁸ Na tentativa de chegar mais próximo dos tipógrafos, o *designer* criava para si novas classificações identitárias-profissionais, que só por si acentuavam as ambivalências presentes em todo o processo: “Ao finalizar um trabalho resolvi assinar como tipógrafo. O título suscita-me poética. Logo me disseram, na tipografia, que eu não era tipógrafo e que não devia assinar assim. Senti que realmente tipógrafo não era. Então resolvi assinar como ‘*designer* tipográfico’. Voltaram a perguntar-me: ‘Mas porque é que não há-de ser só *designer*?’” (cf. Durão 1999a e 1999b).



tudo o que toca a fase de trabalho da composição atinge directamente o coração das artes gráficas.²⁹

Dois sujeitos em interacção são muito mais do que isso.³⁰ Eles colocam em evidência as diferentes culturas de trabalho, através do sistema de valores socioprofissionais (ou identidades, se se preferir) que cada um “incorpora” e reproduz nas suas práticas e técnicas quotidianas, sistema do qual nenhum deles se consegue desembaraçar no momento do encontro. Foram precisamente as ambivalências e tensões resultantes desse encontro que permitiram à antropologia avançar.

Imaginação metodológica

As questões levantadas pelas intersubjectividades em curso, as incertezas do campo, as incertezas das recepções e da restituição do conhecimento produzido (cf. Brettel 1993, Durão e Leandro 1997), supõem o recurso a ferramentas que situam o saber dos antropólogos entre a experiência e a reflexão (cf. Hastrup e Hervik 1994). Mais do que tentar minimizar estas “interferências” ou fugir-lhes, importa analisá-las como parte integrante de qualquer experiência social, pois neste caso servem para produzir conhecimento sobre o social, podendo ser utilizadas no sentido de melhorar o método (cf. Hastrup e Hervik 1994). O facto de os “campos” serem construídos (tal como o são objecto e teoria) faz com que no trabalho do antropólogo esteja sempre presente uma certa dose de “imaginação metodológica”.

C. Wright Mills definiu como condição para o trabalho do cientista social a “imaginação sociológica”, de modo a compreender o quadro histórico mais amplo, nos significados que adquire na vida interna e externa de uma

²⁹ Existe toda uma herança social e simbólica associada à composição tipográfica. Não só se confunde com os compositores manuais o próprio conceito de “tipógrafo”, como trabalham na fase técnica mais prestigiada e exigente em termos de qualificação (lidando os mesmos com uma boa dose de inventividade e criatividade). Além disso, os compositores são até tarde maioritários na profissão. Ao contrário da impressão, a ser mecanizada desde finais do século XIX, a fase da composição só tardiamente começou a sofrer algum surto nesse sentido, nos finais da década de 50 (com a generalização lentíssima das máquinas de compor, *monotypes* e *lynotypes*). Quando noutros países europeus já este tipo de trabalho se convertia em fotocomposição (um dos primeiros sistemas de composição em sistema fotográfico), no Portugal de 1956 existiam recenseados cerca de 354 compositores mecânicos para 2598 compositores manuais, e um total de 301 máquinas para as 736 oficinas (cf. Barreto 1982; Figueiredo 1957). Mesmo em termos de movimento operário, o grupo dos compositores foi sempre o mais reivindicativo e representativo, tendo chegado a existir associações de classe apenas de compositores durante a Primeira República. E quanto a representar o conjunto das profissões gráficas, é do núcleo dos compositores que sobressaem as figuras mais combativas e “cultivadas”, bem como os “formadores” teóricos. Alexandre Vieira é o exemplo mais acabado. No século XIX, e mesmo depois, muitas das figuras ilustres da política, letras e artes em Portugal começaram por um aprendizado de compositor manual: Teófilo Braga, Francisco Alves Taborda, Brito Aranha, Antero de Quental, entre tantos outros (Pedro 1944).

³⁰ Na perspectiva de Erving Goffman duas pessoas são suficientes para constituir uma “equipa” e os respectivos “desempenhos” dependem da presença do outro (cf. 1993).

³¹ Ao lado da riqueza de informação o investigador pode viver no campo períodos de pobreza; às avalanches de



Susana Durão e Emília Margarida Marques

grande variedade de indivíduos (Mills 1963: 5). A particularidade da “imaginação antropológica” estaria então num aspecto complementar: o alargamento da compreensão aos diversos núcleos sociais e culturais, através de comparações explícitas ou implícitas, permitindo, no contexto dos estudos urbanos, por exemplo, chegar às realidades próximas através do conhecimento produzido sobre outras longínquas (Hannerz 1980: 8). A perspectiva veio a ser complementada por Lisón Tolosana, quando disse que a “antropologia equivale à reflexão imaginativa sobre a etnografia dos modos de existência e formas de pensamento humanos” (1983: 92). Sobretudo depois das contribuições de Clifford Geertz para a antropologia, esta disciplina foi também forçada a reflectir sobre a imaginação dos seus métodos fundadores, no sentido de integrar a reflexão sobre eles na epistemologia. Deste modo, a longa argumentação sobre as condições de produção de textos etnográficos, logo a partir das etapas iniciais da obtenção dos dados, foi talvez dos contributos mais preciosos do paradigma hermenêutico importado para a antropologia pelos autores da corrente pós-moderna que inicialmente se inspiraram em Geertz (cf. Oliveira 1998: 31).

O método etnográfico, no que implica de experiência e poder de imaginação, apresenta-se então como um meio privilegiado para entender as pessoas e os seus mundos sociais. Por isso incorporamos o campo no sentido de verdadeiramente o compreender. E sendo assim, não é de estranhar que o fazer da antropologia e a biografia do investigador se fundam no processo de construção do conhecimento (cf. Okely e Callaway 1992), sempre marcados por esse “espaço intermédio” que é o do encontro etnográfico.³¹ Tal como Hastrup e Hervik explicitaram:

While acknowledging the indubitable significance of autobiography and the situatedness of the anthropologist, the starting-point is not the self, but the field into which the ethnographer invests her power of imagination. Through this investment, the ethnographer arrives at an understanding not only of “culture” or “society”, but more importantly of the process by which cultures and societies are reproduced and transformed (1994: 2).

A imaginação nos usos do método resulta do facto de o antropólogo ser obrigado a lidar com reconstruções permanentes do campo, que passam em grande medida pela flutuação das relações e interacções com as pessoas em situações variadas. A flutuação deriva da própria natureza ambivalente dos mundos sociais. Compreende-se então que o método se defina pela não

informação correspondem pausas e silêncios. O sentimento de impotência que desponta das quebras e das incertezas pode, no futuro reflexivo, ser tão importante para a construção da etnografia como o sentimento de segurança de hipóteses firmadas no terreno. Há uma dimensão da compreensão que se obtém efectivamente “de dentro”, e só depois da experiência pode vir a articular-se em ideias para redacção de textos.



existência de ferramentas “prontas-a-utilizar” (cf. Peltó 1970: 90). Sem esquecer todo o restante conjunto de técnicas (questionários, testes projectivos, observações especializadas dos comportamentos, entrevistas, etc.) que servem para objectivar, sistematizar, variar e até verificar as percepções obtidas no campo, o próprio investigador é neste caso a sua principal ferramenta da investigação (Peltó 1970: 90). Assim, a utilização da sua presença enquanto investigador como método de investigação é uma das dimensões do saber-fazer do antropólogo (Sardan 1995: 78). Ele é actor do campo social que estuda. A indeterminação dessa experiência ameaça quaisquer *standards* fixos na ciência (cf. Hastrup 1994: 236). A observação participante (e uma certa “atitude relativista” que dela deriva) é uma etapa fundamental na constituição do conhecimento antropológico, porque ela é em si mesma conhecimento social. E, reflectindo o mundo social, esta etapa apresenta-se na sua complexidade e é nela que deve ser vivida pelo antropólogo.

Antropologia, etnografia e trabalho

Pensamos que o primeiro exemplo etnográfico aqui brevemente apresentado ilustra a pertinência, a imprescindibilidade mesmo, da aplicação da observação de terreno aprofundada e crítica às situações e contextos de trabalho, tanto mais que estas se encontram em processo de complexificação e diversificação, obrigando a uma análise multivariada cada vez mais exigente.

Tendo atingido certa maturidade um processo de auto-reflexão e redefinição teórico-metodológica que nas últimas décadas marcou a antropologia, os conceitos e métodos da disciplina – com particular relevo para o método etnográfico – permitem-lhe construir conhecimento válido (do ponto de vista da sociedade e da cultura) sobre o trabalho e as organizações. Por outro lado, sendo estes marcados por uma grande “intensidade social” (heterogeneidade, fragmentação, conflito, espaços de autonomia nem sempre ditos, ambivalência...), o seu estudo etnográfico torna-se particularmente ilustrativo das lógicas e processos do social e do cultural.

Assim, o segundo exemplo etnográfico apresentado pretendeu dar conta de como uma análise empírica microscópica, embora sem o carácter extensivo da pesquisa sociológica convencional e dialogando fortemente com as intersubjectividades presentes tanto no campo como na interpretação, permite descortinar domínios globais dos processos em curso nos mundos do trabalho das sociedades contemporâneas. Supomos que isso reveste algum interesse para o conjunto da disciplina: uma vez que as etnografias modernas são uma espécie de compromisso entre a abordagem enciclopédica e a abordagem etnográfica, o interesse teórico está em não perder a integração dos pequenos grupos em etnografias de sistemas sociais mais alargados (cf. Werne e Schoepfle 1987: 152).



Susana Durão e Emília Margarida Marques

Porque os espaços sociais e sócio-técnicos de trabalho são, além de particularmente densos do ponto de vista social e cultural, cada dia mais abertos a dinâmicas globais, parece ajustado pensar-se que não só o estudo do trabalho reclama a contribuição da antropologia, como esta tem a ganhar, na sua compreensão do social, em construir e aprofundar um tal objecto.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, 1999, *Memória e Identidades Profissionais: Reprodução de Sistemas Sócio-Técnicos* (relatório final do projecto PRAXIS/PCSH/P/ANT/44/96, coord. Jorge Crespo), Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, manuscrito.
- AKRICH, M., 1990, "Présentation", AAVV, "", *Techniques et Culture*, "Des Machines et des Hommes" (número temático), 16, 1-6.
- , 1993, "A Gazogene in Costa Rica", LEMONNIER, P. (org.), *Technological Choices: Transformation in Material Cultures since the Neolithic*, Londres, Routledge, 289-337.
- ALTHABE, G., 1991, "Désacraliser l'Entreprise: Un Terrain Ethnologique Banal", *Journal des Anthropologues*, 43-44, 17-21.
- BALAZS, G., e M. PIALOUX, 1996, "Crise du Travail et Crise du Politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 114, 3-4.
- BARRETO, José, 1982, "Os Tipógrafos e o Despontar da Contratação Colectiva em Portugal (II)", *Análise Social*, XVIII (70), 183-212.
- BAZIN, Laurent, 1998, *Entreprise, Politique, Parenté. Une Perspective Anthropologique sur la Côte-d'Ivoire dans le Monde Actuel*, Paris, L'Harmattan.
- BEAUD, S., e M. PIALOUX, 1999, *Retour sur la Condition Ouvrière*, Paris, Fayard.
- BERNOT, Lucien, 1991, "D'un Apprentissage à l'Autre", *Savoir Faire et Pouvoir Transmettre: Transmission et Apprentissage des Savoir-Faire et des Techniques. Rencontres de Royaumont (1990)*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 219-230.
- BOURDIEU, Pierre, 1980, *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit.
- , 1996, "La Double Vérité du Travail", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 114, 89-90.
- BOUTET, J., e outros, 1998, "Introduction", KERGOAT, J., e outros (orgs.), *Le Monde du Travail*, Paris, La Découverte, 5-9.
- BOUTET, J., 1998, "Quand le Travail Rationalise le Langage", KERGOAT, J., e outros (orgs.), *Le Monde du Travail*, Paris, La Découverte, 153-164.
- BOUVIER, Pierre, 1989, *Le Travail au Quotidien: Une Démarche Socio-Anthropologique*, Paris, PUF.
- BRETTEL, Caroline B., 1993, *When they Read what we Write: The Politics of Ethnography*, Londres, Bergin & Garvey.
- BURAWOY, M., 1979, "The Anthropology of Industrial Work", *Annual Review of Anthropology*, 231-266.
- CARRÉ, Philippe, e Sophie TIÉVANT, 1990, "L'Imprimerie et les Industries Graphiques: le Savoir-Faire du Compositeur-Typographe", CARRÉ, P., e S. TIÉVANT (orgs.), *Le Neuf et l'Ancien: L'Épure en Charpente, la Composition Typographique, le Chapeau de Mode*, Paris, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction du Patrimoine, 53-86.
- CASTILLO, J. J., 2000, "The Sociology of Work Today: Looking forward to the Future", comunicação ao "World Meeting of Labour Studies 2000", organizado pelo RC30 (Sociologia do Trabalho) da ISA e pela APSIOT, Monte da Caparica, 29 e 30 de Novembro.
- CHEVALLIER, Denis, e Isac CHIVA, 1991a, *Des Métiers qui Disparaissent*, Paris, Universalia.
- , 1991b, "Introduction: L'introuvable objet de la transmission", CHEVALLIER, Denis (org.), *Savoir Faire et Pouvoir Transmettre: Transmission et Apprentissage des Savoir-Faire et des Techniques. Rencontres de Royaumont (1990)*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1-11.
- CLIFFORD, James, 1986, "Introduction: Partial Truths", *Writing Culture: The poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press, 1-26.
- CLIFFORD, James, e George MARCUS, 1986, *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press.
- CUCHE, Denys, 1999, *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século.
- DOUGLAS, Mary, 1987, *How Institutions Think*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- DUBAR, Claude, 1997 [1991], *A Socialização: Construção de Identidades Sociais e Profissionais*, Porto, Porto Editora.

- , 1995, *La Socialisation: Construction des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- , 1998, “Les Identités Professionnelles”, KERGOAT, J., e outros (orgs.), *Le Monde du Travail*, Paris, La Découverte, 66-74.
- DURÃO, Susana, 1999a, “O Tipógrafo e o Designer Gráfico: Classificações e Identidades em Comparação”, comunicação ao seminário aberto “Classificações Ocupacionais, Classificações Sociais”, organizado pelo PACO – Projecto de Análise e Classificação das Ocupações, Porto, 7 e 8 de Outubro (*on-line*: <http://www.paco.iscte.pt>, actas em preparação).
- , 1999b, “Os Tipógrafos, a Arte Negra e o seu Fim: A Antropologia nas Tipografias de Lisboa”, Lisboa, FCSH-UNL, dissertação de mestrado.
- DURÃO, Susana, e Alexandra LEANDRO, 1997, “Itinerários Sensíveis do Campo: Duas Experiências Pessoais na Construção de Etnografias”, *Ethnologia*, n.s., 6-8, 175-192.
- DURKHEIM, Emile, 1996 [1893], *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF.
- FIGUEIREDO, Armando A. de, 1957, “Relatório 7.2: Evolução Recente e Situação Actual da Tipografia”, Lisboa, texto da comunicação apresentada ao II Congresso da Indústria Portuguesa.
- FREIRE, João, Maria de Lurdes RODRIGUES, e Vítor M. P. FERREIRA, 1995, *A Função de Chefia Directa na Indústria*, Lisboa, Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- GAMST, F. C., 1980, “Toward a Method of Industrial Ethnology”, *Rice University Studies*, 66 (1), 15-42.
- GEERTZ, Clifford, 1973, *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque, Basic Books.
- GOFFMAN, Erving, 1993 [1959], *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio d’Água.
- GOLDTHORPE, J., 1961, “La Conception des Conflits du Travail dans l’Enseignement des Relations Humaines”, *Sociologie du Travail*, 1, 1-17.
- GOLLAC, M., e S. VOLKOFF, 1996, “Citius, Altius, Fortius: L’intensification du Travail”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 114, 54-67.
- GRINT, K., e S. WOOLGAR, 1997, *The Machine at Work: Technology, Work and Organization*, Cambridge, Polity Press.
- HANNERZ, Ulf, 1980, *Exploring the City*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- HASTRUP, Kirsten, 1994, “Anthropological Knowledge Incorporated”, HASTRUP, K., e P. HERVIK (orgs.), *Social Experience and Anthropological Knowledge*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 224-240.
- HASTRUP, Kirsten, e Peter HERVIK (orgs.), 1994, *Social Experience and Anthropological Knowledge*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- HIERLE, J.-P., 2000, *Pour une Approche Ethno-Historique du Travail*, Paris, L’Harmattan.
- HOLLIS, Richard, 1996 [1994], *Graphic Design: A Concise History*, Londres, Thames and Hudson.
- HOLZBERG, C. S., e M. J. GIOVANNINI, 1981, “Anthropology and Industry: Reappraisal and new Directions”, *Annual Review of Anthropology*, 317-360.
- HUGHES, T. P., 1983, *Networks of Power: Electrification in Western Society*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- KLEINMAN, Arthur, 1992, “Pain and Resistance: The Delegitimation and Relegitimation of Local Worlds”, GOOD, Mary-Jo Delvecchio, e outros (orgs.), *Pain as Human Experience: An Anthropological Perspective*, Berkeley, University of California Press.
- LEFÈVRE, Bruno, 1999, “Techniques, Robots et Chaînes Opératoires”, JAMARD, J.-L., e outros (org.), *Dans le Sillage des Techniques: Hommage à Robert Cresswell*, Paris, L’Harmattan, 333-347.
- LEROI-GOURHAN, A., s.d. [1943-45], *Evolução e Técnicas*, Lisboa, Edições 70.
- LINHART, D., e R. LINHART, 1998, “L’Évolution de l’Organisation du Travail”, KERGOAT, J., e outros (orgs.), *Le Monde du Travail*, Paris, La Découverte, 301-309.
- LISÓN TOLOSANA, Carmelo, 1983, *Antropología e Hermenéutica*, Madrid, Fondo de Cultura Economica.
- MACKENZIE, D., e J. WAJCMAN (orgs.), 1999a [1985], *The Social Shaping of Technology*, Buckingham, Open University Press.
- , 1999b, “The Technology of Production: Introduction”, MACKENZIE, D., e J. WAJCMAN (orgs.), *The Social Shaping of Technology*, Buckingham, Open University Press, 2ª ed. actualizada, 141-151.
- MALINOWSKI, Bronislaw, 1988, “Confessiones de Ignorancia y Fracaso”, LLOBERA, José (org.), *La Antropologia como Ciencia*, Barcelona, Editorial Anagrama.
- MARQUES, Emília Margarida, 1999a, “Relatório Parcelar – Vidreiros” (recolha de entrevistas: Ana Mafalda Ventura), AAVV, *Memória e Identidades Profissionais: Reprodução de Sistemas Sócio-Técnicos* (relatório final do projecto PRAXIS/PCSH/P/ANT/44/96, coord. Jorge Crespo), Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, manuscrito, 211-268.
- , 1999b, “Matéria e Sentido: Mudança Técnica e Mudança Terminológica em Ocupações da Indústria Vidreira”, comunicação ao seminário aberto “Classificações Ocupacionais, Classificações Sociais”, organizado pelo PACO – Projecto de Análise e Classificação das Ocupações, Porto, 7 e 8 de Outubro (*on-line*: <http://www.paco.iscte.pt>, actas em preparação).



Susana Durão e Emília Margarida Marques

- , 2000, "Equipas Mistas: Operários e *Robots* na Produção Vidreira Manual", comunicação ao IV Congresso Português de Sociologia, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia, Coimbra, 17 a 19 de Abril de 2000, actas em preparação.
- MAUSS, Marcel, 1974 [1934], "As Técnicas Corporais", *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Epu/Edusp, 211-233.
- MILLS, C. Wright, 1963 [1958], "Man in the Middle: The Designer", *Power, Politics and People: The Collected Essays of C. Wright Mills*, Nova Iorque, Ballantine books, 374-386.
- OKELY, Judith, e Helen CALLAWAY (orgs.), 1992, *Anthropology and Autobiography*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, 1998, *O Trabalho do Antropólogo*, São Paulo, Editora UNESP.
- PACHECO, José, *A Divina Arte Negra e o Livro Português (Séculos XVI e XVII)*, 1988, Lisboa, Vega.
- PARKER, S. R., 1981 [1967], "Industry and Social Stratification", PARKER, S. R., e outros, *The Sociology of Industry*, Londres, Unwin, 56-64.
- PEDRO, Manuel, 1944, *Tipógrafos Ilustres*, Porto, Imprensa Moderna.
- PELTO, P. J., 1970, *Anthropological Research: The Structure of Inquiry*, Nova Iorque, Harper & Row.
- REYNAUD, J.-D., 1989, *Les Règles du Jeu: l'Action Collective et la Régulation Sociale*, Paris, Armand Colin.
- RUFFIER, J., e D. VILLAVICENCIO, 1994, "Local Loyalties: A Hidden Asset", *The Unesco Courier*, abril, 23-26.
- SANTOS, Raúl Esteves dos, 1941, *A Arte Negra*, Lisboa, Editorial Império.
- SARDAN, J.-P. Olivier, 1995, "La Politique du Terrain: Sur la Production des Données en Anthropologie", *Enquête*, 1 (2), 71-112.
- SELIM, Monique, 1998, "L'Entreprise", ALTHABE, Gérard, e Monique SELIM (orgs.), *Démarches Ethnologiques au Présent*, Paris, L'Harmattan, 101-158.
- SELIM, M., e K. SUGITA, 1991, "Introduction: Parcours Ethnologiques dans l'Entreprise", *Journal des Anthropologues*, 43-44, 9-16.
- SITNIKOFF, F., 1988, "Les Savoirs Ouvriers: Acquisition et Transmission dans les Métiers de l'Imprimerie", DEA, Groupe de Sociologie du Travail, Paris, Université de Paris VII.
- STOLLER, Paul, 1999, "Back to the Ethnographic Future", *Journal of Contemporary Ethnography*, 28 (6), 698-704.
- TOURAINÉ, Alain, 1955, *L'Évolution du Travail Ouvrier aux Usines Renault*, Paris, CNRS.
- VELHO, Gilberto, 1986, *Subjectividade e Sociedade: Uma Experiência de Geração*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- WALLMAN, Sandra, 1979, "Introduction", WALLMAN, S. (org.), *Social Anthropology of Work*, Londres, Academic Press, 1-24.
- WEBER, Max, 1995 [1922, póst.], "Tipos de Dominação" (traduzido de *Wirtschaft und Gesellschaft*), CRUZ, M. B. (org.), *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos (antologia de textos)*, Lisboa, FCG, 681-723.
- WERNE, Oswald, e Mark G. SCHOEPPLE, 1987, *Systematic Fieldwork: Ethnographic Analysis and Data Management*, vol. II, Londres, Sage Publications.
- WRIGHT, Susan, 1994, "Culture in Anthropology and Organizational Studies", WRIGHT, S. (org.), *Anthropology of Organizations*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1-31.

Susana Durão

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
susanadurao@ip.pt

Emília Margarida Marques

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa
da FCSH - UNL
Bolsreira de doutoramento FCT
em.marques@fcsh.unl.pt

GLASSBLOWERS AND THE MACHINE, THE
TYPOGRAPHER AND THE DESIGNER: NOTES
TOWARDS AN ANTHROPOLOGY OF WORK

Using two ethnographical examples from the industrial context (glass workers, typographers) and reflections on the conceptual and methodological redefinition of anthropology over the last decades, the article suggests: a) the major importance of fieldwork to the analysis of "work", a phenomenon which growing complexity and diversity has not avoided superficial, unidirectional and acritical approaches; b) that the anthropological study of work contexts and situations (along with their social density and local/global articulations) may bring important contributions to the discipline and its understanding of society and culture.